



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nicoletti – UNIÃO/RR

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI 2468, DE 2025 (Do Sr. Vinicius Carvalho- REPUBLIC-SP)

Dispõe sobre assistência jurídica aos policiais civis e federais em situações decorrentes do exercício de suas funções.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 2468, de 2025 o art. 5º, modificando e renumerando o art. 4º, com a seguinte redação:

“
.....

Art. 4º A lei do ente federativo pode estabelecer normas sobre assistência jurídica para os policiais integrantes dos órgãos de que tratam o § 3º do art. 27, o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52, os incisos I a VI do art. 144, para os guardas municipais de que trata o § 8º do art. 144, para os agentes de trânsito de que trata o inciso II do § 10º do art. 144, todos da Constituição Federal, para os integrantes da perícia oficial de natureza criminal e os agentes de segurança socioeducativos, quando acusados de prática de infração penal, civil ou administrativa decorrente do exercício da função ou em razão dela.





Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ao aprimoramento desta salutar proposição legislativa, que contempla os policiais da União e do Distrito Federal e os policiais civis dos Estados.

Esta emenda sugere que o texto desta nobre proposição se torne mais abrangente e completo no âmbito da segurança pública. O texto original abarca todos os policiais da União e do Distrito Federal, todavia se esquecendo de outras importantes categorias.

Então, no intuito de promover isonomia entre todos os profissionais da segurança pública, e contando com o apoio de meus pares, apresenta-se esta emenda.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 2025.

NICOLETTI
Deputado Federal
União Brasil/RR

